

Afirmção e tensões da área do ensino de História: a *Revista História Hoje* no período de 2013-2015

*Affirmation and Tensions in the Field of History Teaching:
The História Hoje Journal in the 2013-2015 Period*

Wesley Garcia Ribeiro Silva*

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a *Revista História Hoje* (RHHJ) no período de julho de 2013 a junho 2015, abarcando os números quarto, quinto, sexto e sétimo do periódico. Argumenta-se que o momento resultou na consolidação da RHHJ na área do ensino de História, com a implementação de estratégias editoriais de qualificação da revista, visando sua conceituação nos organismos de avaliação científica nacional. Destaca-se também que o conjunto das publicações manteve estreito diálogo com as perspectivas e desafios que se impuseram para os profissionais de História, como as políticas públicas e as reformas curriculares voltadas para o reordenamento do ensino básico e superior. Assim, compreende-se a RHHJ como uma expressão da área do ensino de História em suas lutas por afirmação como campo de pesquisa em relação à própria comunidade de profissionais de História. Palavras-chave: ensino de História; profissionais de História; Revista História Hoje.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the Brazilian scientific journal *Revista História Hoje* (RHHJ) in the period from July 2013 to June 2015, focusing on fourth, fifth, sixth and seventh issues of the magazine. It is argued that that publication period could resulted in a journal consolidation for the History teaching field due to an implementation of editorial strategies to qualify the journal and pointing its conceptualization out in Brazilian scientific evaluation editorials. It is also noteworthy that the set of publications maintained a close dialogue with the perspectives and challenges imposed for professionals in History such as public policies and schools curricular reforms as a proposition to reorganize basic and higher national education. Thus, RHHJ is comprehended as an expression of the History teaching field in its struggles for affirmation as an area of research in relation to the community of history professionals.

Keywords: History teaching; History professionals; História Hoje Journal.

* Universidade Federal do Pará, Ananindeua, PA, Brasil. garciawesley@gmail.com

A REVISTA HISTÓRIA HOJE COMO PERIÓDICO CIENTÍFICO

Período de consolidação e afirmação da *Revista História Hoje* (RHHJ) enquanto veículo voltado para a divulgação científica na área de ensino de História, talvez esta seja a caracterização mais apropriada para traçarmos a trajetória da revista para o período de julho de 2013 a junho de 2015, que compreende a publicação de seus quarto, quinto, sexto e sétimo números. É a partir desses termos que a comunidade dos profissionais da História, particularmente os sujeitos que se inseriam nos canais de debate do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Educação, recepcionaram a notícia do lançamento do quarto número do periódico, em julho de 2014, correspondente, de forma retroativa, ao semestre de julho a dezembro de 2013.

Acompanhando a mudança de gestão da Associação Nacional de História (Anpuh), eleita para o Biênio 2013-2015, operou-se também o reordenamento da gestão editorial da RHHJ, uma vez que o periódico era – e é – vinculado e fomentado pela própria entidade. Na gestão de Patrícia Sampaio (UFAM), entre 2011 e 2013, deu-se sua revitalização e reestruturação, passando a demarcar sua identidade na área do ensino de História. Ao ser sucedida no cargo de editora por Mauro César Coelho (UFPA), de 2013 a 2015 permaneceu a RHHJ sob responsabilidade de um profissional de História vinculado a uma instituição do ensino superior do norte do Brasil, o que, veremos adiante, não impactará na presença de profissionais da região publicando nos números aqui analisados.

O Conselho Editorial também passou por uma recomposição no período, conforme expressado em tom de agradecimento pelo então novo editor Mauro César Coelho, no texto de apresentação do quarto número da revista (Coelho, 2013, p. 9): permaneciam Circe Maria Fernandes Bittencourt (USP), Dilton Cândido Santos Maynard (UFS), Josenildo de Jesus Pereira (UFMA), Keila Grinberg (UNIRIO) e a ex-editora, Patrícia Sampaio (UFAM). A estes, somaram-se os novos integrantes: Carlos Augusto Lima Ferreira (UEFS), Maria Aparecida Bergamaschi (UFRGS), Gilvan Ventura (UFES), Helenice Rocha (UERJ), Luis Fernando Cerri (UEPG), Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN), Maria da Conceição Silva (UFG), Maria Bernadete Ramos Flores (UFSC) e Renilson Rosa Ribeiro (UFMT). Uma rápida mirada na composição dos quinze membros do conselho, quando somado o editor, indica uma dimensão da

representatividade de diferentes estados, abarcando Instituições do Ensino Superior (IES) das cinco regiões brasileiras: 26,67% estavam vinculados à IES do Sudeste; 26,67% do Nordeste; 13,33% do Norte; 20,00% do Sul, 13,33% do Centro-Oeste.

Como periódico vinculado à Anpuh e como canal de expressão das pesquisas sobre o ensino de História a partir de 2011, as relações do GT de Ensino de História e Educação com a RHHJ passam a ser imbricadas. Coordenadores e integrantes do GT passam a contribuir com publicações recorrentes, assim como editores e membros do Conselho Editorial são sujeitos com atuação marcante no GT.

Embora tenha havido mudança na composição do conselho, percebe-se uma continuidade das pretensões da política editorial pautada a partir do marco da gestão do biênio anterior (2011-2013). Não só pela óbvia constatação da permanência da identidade do periódico se fazer a partir do eixo do ensino de História, mas também pelo projeto de constituir a RHHJ como veículo de referência na área a partir do atendimento aos critérios e parâmetros de avaliação estabelecidos pelas agências que regulamentam a produção científica no Brasil – notadamente a CAPES e seus instrumentos, como o Qualis-Periódicos. Iniciativa que demonstra um ponto de afirmação da área do ensino de História como campo de pesquisa, ao mesmo tempo que expressa as lutas travadas pela área do ensino de História junto à Anpuh e a comunidade de História no sentido de autonomia e reconhecimento (FREITAS; OLIVEIRA, 2021). Afinal, no regime de produção acadêmica contemporânea, a incorporação dos padrões de avaliação dos órgãos pertinentes se colocam cada vez mais como elementos necessários para estabelecer condições de visibilidade, atratividade e prestígio.

Elemento denotativo dos esforços para implementação do objetivo de qualificação e consolidação da RHHJ foi sua crescente conceituação atestada pelo Qualis-Periódicos da CAPES. Na avaliação efetivada pelos dados coletados do triênio de 2010-2012, com apenas dois números lançados a partir da nova identidade editorial focada no ensino de História – ambos no ano de 2012 – a revista foi avaliada com conceito B4. Já no quadriênio de 2013-2016, os parâmetros indicaram um aumento do conceito, passando para B2. Esses conceitos, atribuídos dentro da área de referência da História, quando levamos em conta as disputas sobre o lugar da área de Ensino perante a comunidade de historiadores, evidencia uma conquista no percurso de reconhecimento da área en-

quanto campo de pesquisa em História, e não apenas em Educação. Não menos importante é salientar que para o mesmo quadriênio de 2013-2016, a RHHJ recebeu outras gradações em sua avaliação: B1 na área intitulada Ensino, B2 nas áreas Educação e Interdisciplinar. Nesse sentido, a RHHJ possui dimensão estratégica para área de ensino de História.

Deste modo, os critérios de avaliação estabelecidos pela CAPES são interessantes para compreendermos o perfil que a RHHJ buscou assumir a partir de 2011. Conforme o documento que expressa os critérios de avaliação construídos pela comissão responsável pela avaliação dos periódicos de História de todo o Brasil, integrado por Carlos Fico (UFRJ), Claudia Wasserman (UFRGS), Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO), a caracterização de um periódico científico necessário para ser avaliado como tal deveria possuir:

- a) ISSN;
- b) Editor responsável;
- c) Conselho editorial;
- d) Conselho consultivo;
- e) Linha editorial;
- f) Normas de submissão;
- g) Sistema de avaliação por pares;
- h) Publicação de pelo menos 14 artigos por volume (anual);
- i) Afiliação institucional dos autores;
- j) Afiliação institucional dos membros dos conselhos;
- k) Resumo dos artigos ao menos em português e inglês;
- l) Palavras-chave ao menos em português e inglês;
- m) Data de recebimento e aceitação de cada artigo;
- n) Publicação de pelo menos metade dos números planejados para o ano anterior ao da avaliação;
- o) Periodicidade regular. (FICO; WASSERMAN; MAGALHÃES, 2016, p. 2)

Atingir esses parâmetros, somados ao fato de a revista ter ao menos 30% de autores de instituições diferentes foram determinantes para a revista ganhar o B4 no triênio 2010-2012. Além de contemplar esses critérios, para o alcance do conceito B2, no quadriênio 2013-2016, havia a necessidade de os periódicos

estarem disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais, algo também concretizado pela RHHJ.

Segundo o referido documento, na avaliação da CAPES, um conjunto de características são valorizadas no momento de atribuição dos conceitos. Serão valorizados os periódicos que

- a) Publiquem informações esclarecedoras sobre o autor, como sua titulação e vinculação institucional;
- b) Tenham linha editorial e escopo definidos com precisão e densidade intelectual;
- c) Sejam pontuais em relação à sua periodicidade;
- d) Busquem a internacionalização, tanto do ponto de vista da capacidade de atração de artigos inéditos de autores estrangeiros, quanto da participação de conselheiros e pareceristas estrangeiros qualificados no processo efetivo de avaliação de originais submetidos ao periódico;
- e) Busquem ampliar a capacidade de difusão do conteúdo por meio de publicação bilíngue em português e inglês, além de outras línguas consideradas pertinentes à linha editorial;
- f) Publiquem, predominantemente, artigos de pesquisadores qualificados;
- g) Evitem a publicação de artigos resultantes de dissertações e teses com atribuição de coautoria aos orientadores, já que não é a tradição da área;
- h) Deem ampla divulgação a editais com chamadas de artigos para dossiês, cuja temática deve ser relevante e definida com densidade intelectual;
- i) Reiterem, nos editais com chamadas de artigos para dossiês, a utilização do sistema de avaliação por pares, evitando convidar autores específicos;
- j) Garantam, nos editais com chamadas de artigos para dossiês, a avaliação equânime de todos os originais submetidos, inclusive daqueles eventualmente divergentes da perspectiva teórica ou historiográfica do organizador;
- k) Escolham pesquisadores qualificados e com perfil concernente à temática de dossiês para organizá-los;
- l) Estimulem o debate acadêmico por meio da publicação de resenhas críticas;
- m) Ingressem em bases relevantes como, por exemplo, Web of Science, Scopus, Scielo, European Reference Index for the Humanities (ERIH), Historical Abstracts (EBSCO), Redalyc, Clase, Latindex ou Dialnet;
- n) Obtenham financiamento das agências de fomento à pesquisa;
- o) Disponibilizem seu conteúdo e informações pertinentes na internet. (FICO; WASSERMAN; MAGALHÃES, 2016, p. 5)

Sendo esses pontos, portanto, os elementos que se colocam como um conjunto de princípios a serem observados pelo Conselho Editorial da RHHJ.

Mudança significativa operada a partir da gestão editorial da RHHJ para 2013-2015, foi a forma como os dossiês passaram a ser organizados. Editais de Chamada para publicação de dossiês passaram a ser efetivados, possibilitando que profissionais da área submetessem propostas temáticas. Em setembro de 2013 foi lançado o primeiro edital, voltado para os números da revista a serem publicados no ano de 2014, fazendo com que o quinto número do periódico já fosse publicado a partir desta nova diretriz. Em abril e em setembro de 2014 mais dois Editais de Chamada foram publicados, ambos abrindo inscrições para propostas de dossiês a serem publicados no ano de 2015.

Em linhas gerais, os editais possuíam diretrizes comuns, trazendo inicialmente o indicativo do editor:

A Revista História Hoje, a partir de 2011, assumiu uma nova fase. Por meio da reestruturação de sua linha editorial, ela adotou a temática História e Ensino como seu eixo estruturante. Com três números publicados, desde então, a revista busca se situar como referência nas discussões da área, abrangendo dimensões do ensino da História nos níveis Fundamental, Médio e Superior. (COELHO, 2013a, p. 1)

Havia, ainda, orientações para que o objetivo dos dossiês possuisse um eixo estruturante que abordasse alguma dimensão do ensino de História nos níveis Fundamental, Médio e Superior. Os proponentes dos dossiês deveriam portar o título de doutor e estarem vinculados a instituições de qualquer nível de ensino e pesquisa do Brasil ou do exterior.

Os editais também esclareciam a forma como a RHHJ se organizaria em termos de suas diferentes seções, as mesmas estabelecidas a partir do primeiro número desde que assumida sua mudança de foco voltada ao ensino de História. Os dossiês deveriam ser compostos por uma quantidade de cinco a dez artigos, congregando pesquisas sobre a relação da História com o ensino. Portanto, ficava expressa a necessidade dos artigos que compunham os dossiês serem, em tese, vinculados às pesquisas em desenvolvimento na área.

Não havia qualquer restrição à titulação de possíveis autores, estando implícita, apenas, a necessidade de uma graduação acadêmica. Ao mesmo tempo, não havia restrição quanto a áreas específicas dos autores, sendo aceitos, in-

clusive, textos de sujeitos que não sejam da História ou da Educação. Orientandos de pós-graduação poderiam submeter textos em coautoria com seus orientadores, bem como os próprios organizadores poderiam publicar seus textos no dossiê. Cabia aos organizadores dos dossiês o texto de apresentação dos mesmos.

Quando da inscrição do dossiê, os proponentes deveriam fazer um resumo, com a listagem dos títulos e dos autores que seriam publicados, observando que o conjunto dos artigos deveriam refletir uma representatividade nacional e institucional. Mas ainda assim passavam por avaliação.

Além do tema do dossiê, ficava sob a responsabilidade dos proponentes a inserção das seções “Entrevista” e “Resenhas”, que deveriam estar relacionadas à temática central no número. Outras seções não necessariamente precisariam contemplar a temática do dossiê, como a “E-Storia”, “artigo opinativo acerca das relações possíveis entre o ensino de História e as tecnologias de informação e comunicação”; “História Hoje na Sala de Aula”, composta por textos “sobre processos, dinâmicas, estratégias de ensino, procedimentos didáticos e/ou questões relacionadas ao ensino de História na sala de aula – preferencialmente, propostos por professores que atuem na Educação Básica”. Havia também a seção “Falando de História Hoje”, que não era mencionada ou caracterizada nos editais e, por fim, a seção de artigos livres.

Os quatro números da RHHJ aqui analisados tiveram respectivamente os seguintes dossiês: “O Ensino de História e o Tempo Presente”, organizado por Ângela de Castro Gomes (UNIRIO) e Tânia Regina de Luca (UNESP); “História 2.0: ensino à distância, redes sociais e recursos educacionais abertos”, organizadas por Maria Renata da Cruz Duran (UNESP) e Verena Alberti (CPDOC-FGV), sendo este o primeiro número cujo dossiê foi selecionado através do Edital de Chamada; “Práticas de Memória, Patrimônio e Ensino de História”, organizado por Júnia Sales Pereira (UFMG) e Sonia Regina Miranda (UFJF); e “Cursos de formação de professores de História: cenário internacional, configurações e avaliação”, organizado por Cláudia Sapag Ricci (UFMG), Maria do Céu de Melo (Universidade do Minho, Portugal), Paulo Eduardo Dias de Mello (UEPG), sendo essa a primeira vez que se apresenta uma professora vinculada a uma instituição estrangeira como organizadora de dossiê.

Quadro 1 – Quantidade de textos publicados por número da RHHJ dividido por seções.

Seções/ Número da RHHJ	Artigos Dossiê	História Hoje na Sala de Aula	Falando de História Hoje	Entrevistas	E-storia	Artigos de Livro Temática	Resenha
N. 4	6	2	1	1	1	2	0
N. 5	9	1	1	1	1	0	1
N. 6	10	1	1	1	1	1	0
N. 7	7	2	3	1	0	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 32 artigos publicados na seção dos dossiês, 14 foram escritos em coautorias, resultando em 43,75% dos textos (37,50% destes com dois coautores; 6,25% destes com três coautores). Dos seis artigos publicados na seção “Falando de História Hoje”, quatro deles foram em coautoria, um deles com três e os demais com dois coautores. Na seção “História Hoje na Sala de Aula”, dois textos foram em coautoria. E dos quatro artigos livre, dois são em coautoria. Quando somados os textos das diferentes seções, o percentual de artigos em coautoria aumenta um pouco: 45,83%, número que indica um fenômeno peculiar quando comparado à produção acadêmica da área geral de História, na qual se observa maior tendência de produção individual das publicações.

Uma comparação simples com outros periódicos especializados na área geral de História para o mesmo período exemplificam esse contraste. Sua revista-irmã, também vinculada à Anpuh, mais antiga e de maior prestígio na comunidade de História, a *Revista Brasileira de História* (RBH), consta, apenas, de 10,91% dos artigos assinados em coautoria (seis artigos do total de 55). O periódico *História e Ensino*, vinculado ao Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), possui uma porcentagem um pouco maior: 24% dos artigos foram publicados em coautoria (12 artigos de um total de 50).

Nesse sentido, há um número maior de autores do que número de artigos. Excetuando os textos de apresentação do editor, dos organizadores de dossiê e das entrevistas, 81 pessoas estiverem envolvidas na produção das modali-

des de textos para o periódico. Delas, 55 mulheres, correspondendo a 67,90% do total de autorias, e 26 homens, o que corresponde a 32,10%.

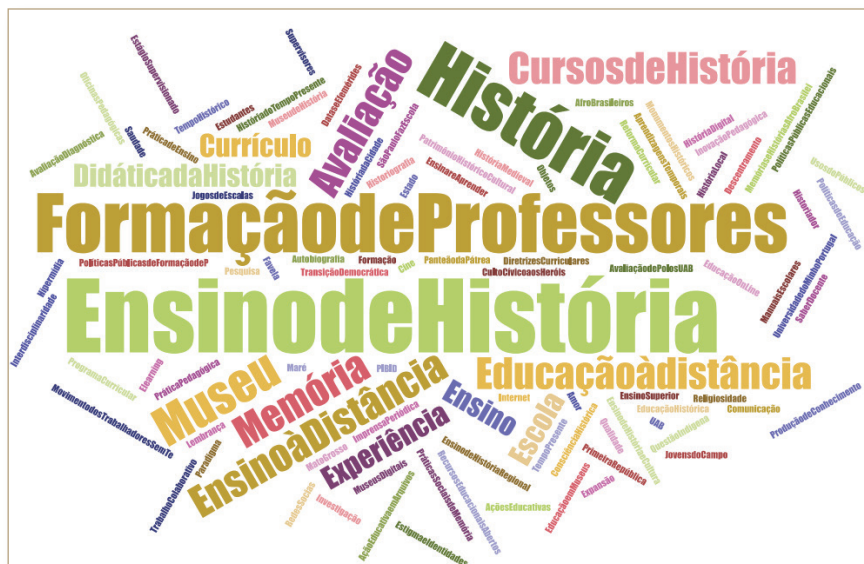
Seguindo na tentativa de traçar os perfis de autores da revista, é preciso apontar a ressalva de casos de sujeitos que possuem, por exemplo, atuação na escola básica, mas optaram por não inserir tal informação em seu vínculo, destacando apenas o programa de pós-graduação ao qual estavam vinculados. Acreditamos que a informação sobre vínculo é um importante indício para refletirmos sobre a condição da área e o contexto de produção científica. Apenas um autor se apresentou como professor da rede básica de ensino em artigo assinado individualmente. Em mais cinco artigos, professores da rede básica de ensino dividem autoria com uma técnica de museu, em um texto; e com doutores vinculados a IES, em quatro textos. Nove artigos são publicados por mestres em História, seja individualmente ou em coautoria com outros mestres ou doutores. Os demais artigos são de doutores, vinculados à IES, com exceção de dois doutores, vinculados a um museu e um centro de memória e documentação. Importante ressaltar que, para apontarmos este perfil, utilizamos como referência a própria denominação indicada pelas autorias em seus artigos.

Levando em consideração apenas o número de artigos nos quatro números aqui analisados (e não o número de autores), excetuando, ainda, as entrevistas e apresentações do editor e dos organizadores dos dossiês, temos a seguinte configuração regional: 47,17% dos artigos são de autores vinculados à IES da região Sudeste (25 artigos); 16,98% da região Sul (9 artigos); 11,32% da região Nordeste (6 artigos); 7,55% da região Centro-Oeste (4 artigos). Não há publicações de autores vinculados à IES da região Norte do país e 11,32% dos artigos são de autores vinculados à IES estrangeiras, cinco de Portugal e um da Argentina, único publicado em língua espanhola. Três artigos (5,66%) são de coautorias que envolveram articulação interinstitucional de diferentes regiões, inclusive, um deles articulando autor estrangeiro e nacional.

Ao todo, 104 palavras-chave foram indicadas pelas autorias.¹ Sem dúvida, as palavras-chave atribuídas pelos autores aos textos, particularmente aqueles que integram a seção dos dossiês, acabam por se relacionar de forma central com o objeto temático daqueles, por isso, é óbvia a presença e recorrência de termos pertinentes às temáticas que as mobilizam. Contudo, mesmo com tal especificidade, é interessante observar os modos de enquadramento de suas produções através dos termos que os profissionais da área se utilizaram me-

diante a liberdade de escolha. Para fins de análise, na contagem agrupamos termos em suas variantes no singular e no plural. Levou-se em consideração, também, que havia uma variante de uso de três a seis palavras-chave por texto. Assim sendo, cinco textos trouxeram cinco palavras-chave; oito textos trouxeram quatro; e 35 textos usaram três palavras-chave. Não é surpreendente que “ensino de História” foi a palavra mais recorrente, com 19 menções.

Figura 1 – Nuvem de palavras construída a partir da recorrência de termos usados nas palavras-chave.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Um fator a ser observado é que apesar da revista se inclinar para dar conta dos parâmetros avaliativos, há uma tentativa de incorporar sujeitos não vinculados a IES. Como é possível desdobrar das indicações postas pelos critérios da CAPES, a publicação de doutores de diferentes instituições é um dos pontos centrais na atribuição do conceito. Esse elemento será enfrentado pela revista, ainda que não deixe de abrir espaço para profissionais da rede básica. No entanto, estes se encontram em outras seções, não sendo localizados nos dossiês a vinculação a instituições de ensino básica.²

A ÁREA DO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DOS DOSSIÊS DA REVISTA HISTÓRIA HOJE

Além de situar os leitores sobre o conjunto dos textos que integram os dossiês e as outras seções do número publicado, as apresentações do editor e dos organizadores nos dão elementos que expressam as justificativas, direcionamentos e enquadramentos conferidos pelos proponentes, da relação de determinado tema com o ensino de História. Alguns dos próprios artigos são denotativos dos movimentos e debates postos na área, configurando-se como expressões de posicionamento frente às demandas surgidas, em diálogo com outros espaços de congregação dos profissionais da área, como os eventos *Pesquisadores do Ensino de História e Perspectivas do Ensino de História*, além do próprio GT de Ensino de História e Educação.

Os debates sobre as políticas públicas voltadas para a educação básica e superior, particularmente aquelas implicadas à formação do profissional de História, as dimensões curriculares e os materiais didáticos, constantemente estiveram no panorama do campo da História, como os das décadas de 1970 e 1980, que envolveram os embates contrários à implementação dos Estudos Sociais. Na década de 2010, o GT de Ensino de História e Educação teve papel destacado no enfrentamento e debate de temas relacionados à escola, à universidade e outros espaços de atuação dos profissionais de História, inclusive em relação à regulamentação profissional.

Alguns desses embates tinham como objeto o próprio lugar do ensino no campo da História. No contexto da primeira metade da década de 2010, acompanhando o fôlego do momento de expansão das IES públicas do país e dos cursos de História, concursos públicos voltados para o provimento de vagas para professores do magistério superior foram de frequência relativa, sendo alguns deles voltados, especificamente, para a área do ensino de História.

No segundo semestre de 2012, um concurso para a área de ensino de História, efetivado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), gerou intensos debates pelo fato da vaga ser inicialmente aberta apenas para inscrições de candidatos portadores do título de doutor em História. Não haveria qualquer requisito sobre especialidades ou experiências da área de ensino, excluindo, assim, possíveis candidatos com titulação de doutoramento em Educação. Tal debate motivou a coordenação do GT de Ensino de História e Educação a

emitir uma nota pública, destacando elementos pertinentes sobre a questão da formação dos professores de História no Brasil:

Os professores e pesquisadores da área do ensino de História questionam: como promover a formação complementar e interdisciplinar de graduandos em História se doutores em Educação (com formação inicial em História) são excluídos de concursos públicos na área de ensino de História? Os cursos de Licenciatura em História estão efetivamente trabalhando com as Diretrizes Curriculares Nacionais? Estamos observando a reedição dos processos formativos dicotômicos, que marcaram a formação inicial de historiadores com a valorização das disciplinas e conhecimentos associados ao Bacharelado em detrimento das disciplinas e conhecimentos da Licenciatura? (PINTO JÚNIOR; FERNANDES; MELLO, 2012, p. 2)

A desvalorização da licenciatura frente ao bacharelado era uma das contendas que possuíam já longa presença no campo da História. Reproduzia uma visão dualista e hierarquizada do pesquisador e do professor. Neste momento, primeira metade da década dos anos 2010, as propostas de mudança sobre o conjunto normativo da legislação que regula as diretrizes para escola básica e do ensino superior começam a despontar, com as iniciativas de reformulação do ensino médio e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estes elementos trazem à tona a questão dos objetivos e das diferenciações dos cursos de formação dos profissionais de História.

Na ocasião do *Perspectivas do Ensino de História* de 2015, realizado na UFMG, três pontos foram destacados pela Coordenação do GT de Ensino de História e Educação como elementos fundamentais para serem enfrentados na seara da comunidade de profissionais de História. O primeiro deles consistia na

necessidade da Anpuh acompanhar os desdobramentos das novas diretrizes para a Educação Básica e para o Ensino Médio aprovadas pelo CNE e pelo ministro, que a nosso ver teriam fortes repercussões no campo do currículo da escola de ensino médio e fundamental, e também na formação de professores, e portanto se traduziriam em novas diretrizes para os cursos de História – licenciatura e bacharelado. (MELLO, 2015, p. 1)³

Nesse sentido, a publicação do dossiê “Cursos de formação de professores de História: cenário internacional, configurações e avaliação”, no sétimo número da RHHJ, organizado por Claudia Sapag Ricci (UFMG), Maria do Céu de Melo (Universidade do Minho, Portugal) e Paulo Eduardo Dias de Mello (UEPG), se fez como uma espécie de resposta à conjuntura. Também é significativo da importância do debate para o campo no período, o fato do tema da formação de professores já ter servido de mote para organização de seu terceiro número, de janeiro-junho de 2013 (o último publicado pela gestão editorial de 2011-2013): “O lugar da formação do professor nos cursos de História”, organizado por Helenice Rocha (UERJ) e Wilma Baía (UFPA). A retomada do tema certamente se deve ao peso que as demandas políticas sobre a formação de professores tiveram no período, marcando os debates travados sobre os dilemas e desafios da profissão.

Portanto, o que estava posto na publicação desses dossiês era também uma pauta política da área. E em seu texto de apresentação do sétimo número da RHHJ, o editor demarca bem essa dimensão e o que estava em jogo:

A intenção é contribuir para o debate em torno dos cursos para formação de professores de História, propondo indagações e diálogos acerca das configurações que esses cursos vêm adquirindo nesses países, diante do processo de globalização e da expansão dos paradigmas da formação no contexto do Neoliberalismo, das novas formas de oferta, e das políticas de avaliação implementadas nestes contextos. (RICCI; MELO; MELLO, 2015, p. 13)

Os textos que compõem o dossiê do sétimo número da RHHJ são empreendimentos investigativos que pretendem subsidiar os profissionais de História para as batalhas que naquele momento se prenunciavam. Experiências curriculares de outros países são mobilizadas para estabelecimento de análises comparativas. A persistente dicotomia entre bacharelado e licenciatura é então revisitada. Dados sobre os cursos de História no Brasil, suas configurações, tendências, quantitativos e modalidades de oferta são perscrutados. Critérios de avaliação, conceituação e qualificação dos cursos são levantados para entendimento e crítica, com a presença de textos e entrevistas com profissionais diretamente envolvidos com as agências estatais responsáveis pela avaliação dos cursos das IES no Brasil. Aliás, as entrevistas publicadas nos quatro números aqui analisados assumem características de empreendimento político da

área, com depoimentos de sujeitos envolvidos na construção de políticas públicas voltadas à avaliação e distribuição de livros didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); à criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); e a práticas de memória e patrimônio e sua relação com o ensino de História, sendo, neste caso, realizada com professores de Angola.

Estava em jogo não só o papel da dimensão do ensino na formação profissional de História, mas também o lugar da própria disciplina História na educação básica, em meio às propostas de reformulação do ensino médio, retirando o caráter das disciplinas específicas, formulando percursos por áreas de conhecimento. Os artigos não só dialogam com esse momento como também promovem avaliações da própria atuação dos profissionais de História diante do cenário que se anuncia. Num olhar retroativo, alguns trechos ganham contornos proféticos, constatando que apesar da mobilização efetivada, esta não era suficiente para enfrentar os desafios que se impunham.

Apesar das críticas realizadas, é preciso destacar que o posicionamento frente às reformulações propostas não chegou a atingir um patamar de mobilização dos profissionais de História tal qual o vivenciado em relação à questão dos Estudos Sociais no início da década de 1980. (RICCI, 2015, p. 124)

Algo que resultava na reprodução de modelos curriculares ainda comprometidos com pressupostos então vigentes, com a visão dualista da hierarquização dos saberes e que não refletiam de forma densa sobre que tipo de profissional de História a sociedade brasileira contemporânea necessitava.

As orientações legais, ao se efetivarem nas universidades, são profundamente permeadas pelas trajetórias pessoais dos professores universitários; pelos embates entre departamentos no interior da mesma universidade; pelas características organizacionais das universidades e pela demanda do mercado de trabalho. No que interessa a este estudo, essa transição entre o escopo da nova legislação, a formulação de um novo currículo e a prática concreta em sala de aula parece colocar a política de formação de professores ainda como uma questão não resolvida no interior das universidades. As soluções encontradas parecem continuar vinculadas ao engajamento pessoal, e não institucional, dos professores universitários envolvidos nesta questão. (RICCI, 2015, p. 129)

É verdade que o GT de Ensino de História e Educação promoveu, no período, debates relacionados às reformas curriculares, inclusive junto às seções regionais. O foco central se colocava em termos de analisar a situação que os professores se encontravam na realidade da educação básica e a necessidade fomentar reflexões sobre a formação profissional na graduação. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) já resultava como política de sucesso, frutificando alguns artigos que compõem os dossiês aqui analisados, tomando como ponto de reflexão a atuação do Pibid a partir de diferentes realidades: na Universidade Federal do Mato Grosso, na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Espírito Santo. Em 2014, o Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória) promovia o primeiro exame nacional de acesso para professores de História da educação básica. Movimentos esses com enorme potencial para transformar positivamente as licenciaturas e a escola básica e que foram comemorados e mobilizados pela área do ensino de História.

Algumas lacunas existentes no debate da área parecem também alvo de preocupação da RHHJ. Nos eventos ligados à área do ensino de História que tiveram lugar entre 2013 e 2015, levando em conta os simpósios temáticos, grupos de discussão/trabalho, mesas-redondas e conferências, foram escassos os debates de questões referentes ao tema da Educação à Distância (EaD) na formação de professores, dos usos das Tecnologias Digitais da Comunicação e da Informação (TDICs) nos processos de ensino e aprendizagem em História ou das consequências do mundo cada vez mais permeado no cotidiano pelas TDICs, inclusive na forma como a disciplina História é produzida. É verdade que no *XXVII Simpósio Nacional de História*, realizado em 2013 na UFRN, houve a presença de uma mesa de “Diálogos Contemporâneos” com o tema da “História e as TIC’s”.⁴ E no *IX Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História*, realizado em 2015, na UFMG, a conferência de abertura do evento, proferida por Silvia Finocchio (UBA-UNLP-FLACSO) tratou “A educação entre o memorial e o virtual: o desafio de avivar a fagulha do passado”; e uma mesa-redonda mobilizou o tema “Tecnologias digitais no contexto da formação docente e ensino/aprendizagem de História: aproximações com as questões socialmente vivas”. O *XII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*, realizado em 2013, na UFS, não evidencia a centralidade

do debate sobre os temas relacionados. Nas trocas de mensagens e debates mobilizados no GT de Ensino de História e Educação, diga-se de passagem, possibilitadas por plataformas virtuais, também há referências escassas sobre tais dimensões, existindo apenas informes gerais sobre iniciativas de pesquisas e formação inicial de acervos de textos sobre tema.

Elementos que demonstram que o tema das TDICs e dos fenômenos a eles associados se afirmava na prática, mas que os profissionais de História ainda necessitavam se apropriar. A partir da reconstrução da identidade da RHHJ enquanto vinculada à área do ensino de História, a seção “E-storia” se converteu em lugar privilegiado para indicar e refletir sobre usos didático-pedagógicos das TDICs, contando com iniciativa inicial de Dilton Maynard (UFS) e Marcos Silva (UFS). Nos números aqui analisados, os textos da seção “E-storia” assumem um tom de diálogo direto com o leitor; levantam elementos sobre possibilidades de acesso a sites para consulta de fontes a serem utilizadas como estratégias em sala de aula; mobilizam dados sobre os usos das TDICs nas escolas do ensino fundamental e médio no Brasil; e os usos da internet para o estabelecimento de redes de diálogo.

Contudo, foi em seu quinto número que a RHHJ trouxe a sua contribuição mais densa a respeito do tema das TDICs nos processos formativos e didático-pedagógicos, a partir do dossiê “História 2.0: ensino a distância, redes sociais e recursos educacionais abertos”, proposto e organizado por Maria Renata da Cruz Duran e Verena Alberti, cujas trajetórias e experiências estavam relacionadas com a implantação de cursos de História na modalidade a distância.

Ao situarem a proposta, as organizadoras do dossiê fazem lembrar não só das demandas formativas surgidas com o mundo contemporâneo em suas dimensões virtual, digital e os usos das TDICs, mas também os diversos sujeitos interessados na pauta da formação de professores e suas implicações para o mercado de trabalho, inclusive organismos internacionais, como a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD). Os artigos desse número pretendem mobilizar as críticas, os limites direcionados à modalidade de EaD e as visões que a reduzem a uma prática meramente tecnicista, mas também ressaltam as dimensões positivas e impositivas do fenômeno das TDICs, como os ambientes virtuais de aprendizado e os recursos educacionais abertos.

Assim, mais uma vez, elementos próprios das dimensões investigativas da área se fazem de maneira articulada com as questões políticas pertinentes ao

campo da História, cujo tema da formação profissional novamente ocupa dimensão central. Nos termos do editor, o dossiê

evoca a discussão sobre a modalidade [EaD] como uma estratégia para dar conta da enorme carência de professores qualificados, diante do imenso componente de professores leigos que ainda permanecem nas redes de ensino. Nesse sentido, a modalidade se insere no âmbito das políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de oferta do ensino. [...] acaba por dimensionar uma questão que merece atenção: a formação de professores não se constitui e não pode se constituir num apêndice da formação em nível superior, em qualquer área do conhecimento, mas numa exigência necessária à concretização de direitos constitucionais, uma vez que alimenta as redes de ensino de professores para a Educação Básica. (COELHO, 2014, p. 8)

Os desafios para formação e atuação profissional são enfrentados de alguma forma por todos os dossiês aqui analisados. O quarto número da RHHJ, que trouxe como dossiê “Ensino de História e o Tempo Presente”, organizado por Ângela de Castro Gomes (UNIRIO) e Tânia Regina de Luca (UNESP), promove o debate sobre a necessidade de abertura dos profissionais de História para incorporarem não só uma categoria temporal mais próxima do vivido nos processos de ensino-pesquisa, mas também de assumirem as demandas que a sociedade contemporânea os coloca. Demandas estas ligadas particularmente aos elementos do tempo pretérito mais recente que continuam a suscitar disputas pela memória e história dos grupos sociais, de um passado que não passa.

A relação do tempo presente e ensino de História é tomada pelas organizadoras a partir de questões de matiz epistemológica, sobre as condições de possibilidade do conhecimento histórico. São retomadas certas referências de senso comum que apontam a disciplina História como saber preso a um passado fechado em si mesmo, sem vínculos explícitos com a contemporaneidade, seja em termos das relações entre as dimensões temporais ou das funções sociais de tal saber no mundo em que os estudantes se situam. Segundo as organizadoras, o contraponto a esta compreensão seria elemento fundamental da ideia de tempo presente, rompendo com a visão engessada do pretérito ao mesmo tempo em que possibilitaria a inserção de novas abordagens e sentidos para o campo da História e, em consequência, para seu ensino. O debate sobre as

funções sociais da História e as demandas contemporâneas que se colocam para os profissionais da área são pontos centrais também na linha de argumentação. Portanto, é a partir de uma mirada tríplice que os artigos reunidos na publicação se desdobram: o tempo presente, as demandas do presente e o tempo como categoria de análise, todas elas relacionadas ao campo da História e ao ensino de História.

Na fundamentação da justificativa do dossiê, as organizadoras retomam os desafios postos epistemologicamente à ciência da História a partir das concepções próprias do século XIX, do modelo de objetividade e distanciamento, evidenciando o anacronismo das posições que apontam as inconveniências de se estudar o passado mais próximo dos sujeitos. Questões que em pleno século XXI ainda encontrariam ecos, algo que daria sentido ao dossiê e colocando reflexões que mostram o entrelaçamento entre historiografia, teoria da História, atuação profissional e ensino de História.

Essa é uma grande transformação no campo historiográfico, difícil de ser absorvida até por parcelas consideráveis de historiadores de ofício. Portanto, uma transformação que também é muito difícil de ser incorporada ao saber escolar. É desse tema não só complexo mas também atual e importante que este dossiê trata, procurando abordá-lo com base em várias possibilidades de reflexão, todas convergindo para uma melhor compreensão do que chamamos de tempo presente e de como o tempo, em especial o tempo presente, é um conceito fundamental para o aprendizado da História na escola. (GOMES; LUCA, 2013, p. 1)

Aliás, o dossiê pode ser considerado um dos marcos sobre os trabalhos que mobilizam a categoria *tempo presente* no Brasil. Pelo menos desde a década dos anos 2000 já se configuram grupos de pesquisa,⁵ dissertações e teses, revistas especializadas e artigos científicos relacionados à categoria (FICO, 2012), inclusive com desdobramentos sobre o ensino de História (FREITAS; SEMEÃO, 2012). Particularmente o texto que abre o dossiê (FERREIRA; DELGADO, 2013) é um dos primeiros a fazer um balanço historiográfico da emergência da categoria *tempo presente*. O artigo é bastante singular não só pela perspectiva historiográfica que assume, mas também pelo dado de se constituir como aquele que apresenta a maior métrica de visualizações de arquivo PDF no site que abriga a RHHJ: 37.507 visualizações até o mês de maio de 2021. Em termos de comparação, as métricas postas pelo próprio site apontam que, consideran-

do todos os números da revista publicados até hoje, nenhum outro artigo possui uma métrica que ultrapasse 4.000 visualizações.

Além disso, seguindo o caminho posto pelas organizadoras do dossiê, o artigo mencionado traz no seu ensejo questões das pautas contemporâneas que se colocam para a História, particularmente relacionada à instalação da Comissão Nacional da Verdade e o passado do período da ditadura militar. Questões que se relacionam como debate à História Pública, aos usos do passado, ao estudo dos chamados temas sensíveis, e da atuação do profissional de História na contemporaneidade.

Entre os dossiês aqui analisados, talvez aquele que mais expressa a trajetória consolidada das pesquisas empreendidas na área do ensino de História seja o organizado por Júnia Sales Pereira (UFMG) e Sonia Regina Miranda (UFJF): “Práticas de Memória, Patrimônio e Ensino de História”, publicado no sexto número da RHHJ. A temática da memória, do patrimônio e das aprendizagens históricas mobilizadas em lugares não formais de ensino aparecem constantemente nos dois principais eventos vinculados à área, os encontros *Perspectivas* e o *Pesquisadores do Ensino de História*. Por exemplo, o *VIII Encontro Perspectivas do Ensino de História*, realizado em 2012, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi promovido a partir do tema “Ensino de História: memória, sensibilidades e produção de saberes”.

Uma das linhas de pesquisa do ProfHistória se intitula “Saberes históricos em diferentes lugares de memória”, cuja ementa apresenta a seguinte diretriz:

desenvolve investigações sobre a produção e aprendizagem da História fora do espaço escolar, considerando lugares distintos como os museus, o teatro, os centros culturais e o espaço urbano em geral. Identificando a História como prática sociocultural de referência, o foco recai sobre as variadas formas de representação e usos do passado no espaço público, com características distintas daquelas observadas na escola, a saber: o turismo de caráter histórico, os monumentos, as festas cívicas e as exposições. (UFRJ, s. d., s. p.)

Várias disciplinas optativas do ProfHistória abordam temas correlatos àqueles suscitados no dossiê do sexto número da RHHJ, por exemplo, a disciplina Educação Patrimonial e Ensino de História; bem como um número significativo de dissertações defendidas no âmbito do mestrado profissional tam-

bém apresentam tais temáticas como objetos centrais de investigação (GIL; PACIEVITCH, 2019).

Estes dados atestam que as questões sobre a memória e o patrimônio estavam e continuaram como de importância fundamental para identidade da área de ensino de História como campo de investigação, mobilizando a apropriação de densos princípios teóricos e epistemológicos. Constituem-se também como elementos que caracterizam a especificidade e a complexidade do saber histórico escolar, numa recusa às formas de hierarquização do saber. Pois, como apontam as organizadoras, “o saber histórico escolar não se faz só a partir da operação histórica, mas exatamente no espaço limiar, estabelecido por trânsitos e passagens, entre a História e a Memória” (PEREIRA; MIRANDA, 2014, p. 11).

Portanto, dossiê que também apresenta um caráter estratégico, fornecendo bases para os debates que se colocam no momento em torno do valor da História como disciplina da educação básica. Dimensão política inclusive, pois apresenta as investigações sobre memória e patrimônio como meios de dar visibilidade e protagonismo a grupos e sujeitos que foram relegados a posições marginais na história do país. Direito à memória, direito à história, algo que fomentaria formação cidadã dos estudantes. Nos termos do editor:

As discussões presentes nesse Dossiê são atualíssimas. Refletir sobre as diversas dimensões do ensino de História, suas possibilidades, sua função social e seu papel nos processos formativos engendrados pela Educação Básica é pauta urgente. Ela deve ser enfrentada a partir da qualificação da discussão sobre o ensino de História e suas múltiplas atribuições e possibilidades, mas, também, por meio da articulação política, garantindo-se a participação dos estudiosos do campo nos processos de discussão e debate acerca da definição de rumos relacionados aos usos da História para fins educativos. Ambas são ações relacionadas e não alternativas, pois o campo constitui saberes e práticas que demandam reflexão exclusiva e não acessória. (COELHO, 2014b, p. 2)

Seria uma obviedade dizer que os textos que compuseram os dossiês e demais seções dos quatro números da RHHJ aqui analisados foram expressões da configuração da área do ensino de História no contexto de 2013-2015. Porém, tal constatação pode fomentar a percepção de complexos ângulos de análise. Constituindo-se como periódico científico, a RHHJ vai se tornando um canal

de luta e de afirmação da área do ensino como campo investigativo. Ao mesmo tempo é um lugar privilegiado para congregação e reflexão de temas, de problemas e dilemas que emergem da própria comunidade da História ou de atores externos, como as iniciativas estatais e as políticas públicas engendradas.

A partir dos números analisados é possível dizer que o papel acadêmico-científico da RHHJ pôde ser compatível com a sua atuação política na área do ensino de História. Inclusive, vários dos embates travados a partir da revista diziam respeito não apenas à área do ensino especificamente, mas se desdobrava e envolvia toda a comunidade de profissionais do campo da História, como os debates em torno do reconhecimento da profissão de historiador, da reforma do ensino médio e da construção da Base Nacional Comum Curricular. Estes exemplos suscitados demonstram também as possibilidades e os limites aos quais os agentes estavam submetidos.

Ao analisar o contexto da produção científica contemporânea, particularmente relacionado aos periódicos da área dos estudos literários, Jaime Ginzburg (2014) constata que as revistas científicas, mesmo as mais bem avaliadas, proporcionam pouca qualificação para as pesquisas da área, uma vez que pouco são citadas. Deste paradoxo, o autor lança a pergunta: “para quem os pesquisadores estão escrevendo?” (GINZBURG, 2014, p. 10). No caso da RHHJ, no período aqui delimitado, respondendo de forma um pouco diferente do preconizado pelo questionamento, poderíamos apontar que os dossiês e artigos foram publicados para fortalecimento da área do ensino de História e para travar os embates que então se insurgiam.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Valdei. O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 85-110, 2016.
- COELHO, Mauro César. Apresentação. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, 2013.
- COELHO, Mauro César. Apresentação. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, 2014.
- COELHO, Mauro César. Apresentação. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, 2014b.
- COELHO, Mauro César. Apresentação. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 7, 2015.
- COELHO, Mauro César. *Edital para chamada de dossiês temáticos da Revista História Hoje*. Fortaleza, 03 set. 2013a. 2 f.

- COELHO, Mauro César. *Edital para chamada de dossiês temáticos da Revista História Hoje*. Belém, 30 abr. 2014c. 2 f.
- COELHO, Mauro César. *Edital para chamada de dossiês temáticos da Revista História Hoje*. Belém, 06 set. 2014d. 2 f.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História do tempo presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, 2013.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia história*. v. 28, n. 47, jun/jan 2012.
- FICO, Carlos; WASSERMAN, Claudia; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Considerações sobre Qualis Periódicos – História. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Consideracoes_Qualis_Periodicos_Area_40__2016_08_08_HISTRIA.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.
- FREITAS, Itamar; SEMEÃO, Jane. Tempo presente nos currículos escolares de história no Brasil para os anos finais do ensino fundamental (2007-2012). *Boletim do Tempo Presente*, n. 2, 2012.
- FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Ensino de História na Revista Brasileira de História. No prelo. 2021.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no Profhistória: discussões teórico-metodológicas. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 26, p. 281-299, 2019.
- GOMES, Angela de Castro; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4. 2013.
- GINZBURG, Jaime. Periódicos acadêmicos: antagonismo entre produção e leitura (notas sobre revistas da área de Letras publicadas em 2013). *Expedições: teoria da História e historiografia*, v. 5, n. 1, 2014.
- GRUPO DE TRABALHO DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://groups.google.com/g/gtensinoanpu>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- PEREIRA, Júnia Sales; MIRANDA, Sônia Regina. Por que seguir pensando, hoje em dia, nas conexões entre práticas de memória, patrimônio e Ensino de História? *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, 2014.
- PINTO JÚNIOR, Arnaldo; FERNANDES, José Ricardo Oriá; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. *GT Nacional Ensino de História e Educação – Concurso UECE*. Vitória, 12 ago. 2012. 3f.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. *GT Nacional Ensino de História e Educação: Perspec-*

tivas do Ensino de História: cenários complexos, atuações possíveis e união necessária. Belo Horizonte, 2015, 3f.

RICCI, Claudia Sapag. Historiador e/ou professor de História: a formação nos cursos de graduação de História. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 7, 2015.

RICCI, Claudia Sapag; MELO, Maria do Céu de; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Apresentação. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 7, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Regimento Geral do ProfHistória. S. d. Disponível em: https://profhistoria.ufrj.br/uploads/regulamentos_formularios/58dad185519ae_Regimento_Geral.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

NOTAS

¹ Resenhas e textos da seção “E-storia” não apresentam palavras-chave ou resumos e as “Entrevistas” possuem apenas resumo.

² Fazemos notar que o vínculo é autodeclarado pelos autores e que este artigo usou como fonte a descrição de autoria para traçar o perfil das publicações.

³ Os outros pontos de destaque eram elementos pertinentes à avaliação sobre os materiais didáticos de História que circularam nas escolas militares e os materiais didáticos destinados ao ensino religioso.

⁴ Nessa mesma edição, promoveu-se, também, a seção “Trabalhos inovadores de professores de História da rede básica de educação”, constituindo um espaço em que docentes da escola básica pudessem apresentar e compartilhar seus saberes, sinal de valorização e inclusão desses sujeitos.

⁵ Como o Grupo de Estudos do Tempo Presente, vinculado à Universidade Federal de Sergipe: <http://getempo.org/quem-somos/>. Acesso em: 8 mai. 2021.